

Dossiê

Estratégias de Legitimação e Reprodução das Elites Científicas e a Burocracia Estatal do Município de São Carlos/SP

DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.2.4>

 **Nathália Gonçalves Zapparoli**

Doutora em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa Núcleos Associados de Pesquisa em Políticas Públicas, Universidade Federal de São Carlos, e do Grupo de Pesquisa Federalismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Alagoas. E-mail: ngzapa@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9209-1194>.

 **Maycon Conceição**

Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleos Associados de Pesquisa em Políticas Públicas da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: mayconleandro819@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8675-5775>.

RESUMO: Essa pesquisa se propõe a identificar as estratégias de legitimação e reprodução, sob a perspectiva da dinâmica local, das elites científicas no município de São Carlos/SP, com foco naquelas que transitam entre o campo político, dentro da estrutura burocrática estatal, e campo científico. Trate-se de uma pesquisa com método qualitativo, por meio de um estudo de caso. Foram coletados dados empíricos documentais. Identificou-se os agentes atuantes na elaboração da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI) no município e estabeleceu-se suas trajetórias profissionais. Com análise dos órgãos responsáveis pelas PCTI e as trajetórias dos agentes, aplicando o conceito de campo e capital de Bourdieu, percebe-se que a esfera política é dominada pela atuação das elites científicas. E indica-se que esse predomínio se dá, de acordo com os dados coletados, por estratégia corporativista, passam a ter domínio do campo político e legitimam a posição que ocupam nas relações com demais grupos científicos.

PALAVRAS-CHAVE: Elites científicas; Burocracia; Campo; Estratégia; Legitimação.

Recebido em: 01/08/2022

Aprovado em: 01/11/2022



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

Essa pesquisa é empírica e se propõe a identificar as estratégias de legitimação e reprodução, sob a perspectiva da dinâmica local, das elites científicas no Município de São Carlos/SP, com foco naquelas que transitam entre o campo político, ao ocuparem a estrutura burocrática estatal, e campo científico.

Os principais objetivos são analisar como funcionam as relações de dominação dentro de seus campos de atuação, no aspecto da dinâmica e hierarquização dessas relações em âmbito local e analisar a estratégia de dominação e reprodução das práticas de determinados grupos, no sentido de se deslocarem entre a universidade e assumiram posições burocráticas na política local.

O recorte realizado no município de São Carlos se deve, principalmente, ao fato de ser um expoente no estado de São Paulo, e inclusive no Brasil, se pensarmos em seu porte, referente ao desenvolvimento científico e tecnológico, no aspecto de produtivo industrial/empresarial e de produção acadêmica.

91 O conceito de elite nesse trabalho é compreendido da forma como os agentes se relacionam e as posições que ocupam dentro de seu campo de atuação e a forma que realizam intercâmbios com outros campos, no caso nos referimos ao campo político e científico, pela perspectiva de Bourdieu.

O artigo se estrutura em: metodologia; discorreremos sobre a fundamentação teórica; compreensão do processo histórico do município em questão; mapeamento das instituições políticas e dos agentes responsáveis pelas PCTI local; e a abordagem a respeito das estratégias de legitimação e reprodução dessa elite.

2 Metodologia

A pesquisa utiliza o método qualitativo, sendo um estudo de caso com coleta de dados empíricos, essencialmente por meio de análise documental.

Para isso houve sistematização bibliográfica a respeito de concepção de campo político, campo científico e capital, de pesquisas que se referem a atuação da comunidade científica no processo decisório das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação e a respeito de burocracia.

Realizou-se levantamento das instituições políticas municipais voltadas para essa política, no caso a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação e o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia.

Fez-se o levantamento dos agentes envolvidos no desenvolvimento e elaboração das Políticas de Ciência e Tecnologia do Município de São Carlos, como recorte, os agentes foram identificados por meio dos cargos que ocupam dentro dos órgãos públicos referentes a PCTI, em específico secretários e grupos pertencentes ao Conselho¹.

O recorte temporal é de 1997 a 2021, a data inicial se deve ao da criação de um órgão específico responsável pelas PCTI, a Secretaria Municipal, sendo uma maneira de se observar a transição entre o campo político e científico desses agentes. As reportagens pesquisadas foram realizadas neste período e coletadas por meio de palavras-chaves na busca, como ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento, posteriormente filtrou aquelas específicas referentes as relações e órgãos políticos.

A partir de currículo lattes, sites da prefeitura municipal, junta comercial e entrevista semiestruturada, configurou-se as trajetórias profissionais dos agentes. E utilizou-se como categorias analíticas os conceitos de campo e capital de Bourdieu (2003, 2007, 2011). Após a sistematização desses dados, permitiu-se traçar certas estratégias de legitimação e reprodução dessa elite científica.

92

3 Fundamentação teórica

Ao nos referirmos a elite na perspectiva relacional, temos em Saint Martin (2008) que esses agentes sugerem modelos de comportamento pautados em valores e interesses e serem grupos de influência e de pressão. Dessa forma, elites locais se referem a atuação em nível local, sendo este termo considerado aqui como inserido em um limite territorial.

Logo, para se compreender as elites científicas local, precisamos entender que elas pertencem a comunidade científica. Pode se referir a um grupo de indivíduos que compartilham valores e atitudes científicas interrelacionadas com as instituições científicas a que pertencem. Também possui a característica de pertencerem a um sistema social que existe critérios de probidade, aceitabilidade dos resultados e plausibilidade (SCHWARTZMAN, 2015).

¹ O presente estudo pode ser ampliado ao se analisar diretores da pasta e os indivíduos dos conselhos, no entanto são dados não completamente disponíveis no momento, foram solicitados ao poder público local.

Para Bourdieu (2003), esses agentes atuam num espaço social, cujas regras são próprias e é relativamente autônomo em relação aos outros. Seus grupos estão em constante disputa, num jogo de oposições e distinções e o grupo dominante é o detentor do poder. Por sua vez, as denominadas elites aqui atuam dentro de um campo num processo de disputas, mas também de acordos para manutenção no poder.

As relações nesses espaços ocorrem pela posse dos agentes do chamado capital simbólico, outro nome da distinção, que é o capital de qualquer espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição (BOURDIEU, 2003).

A forma de funcionamento do campo político, Bourdieu (2011) argumenta o fato de ser autônomo e ter lógica própria. Os agentes demonstram interesses políticos específicos e progressivamente distante dos eleitores que os elegeram, isso se dá devido a lógica colocada nos posicionamentos relativos, no sentido de quem teria o real domínio sobre as regras. Isto é, a luta no campo político é pelo controle do poder sobre o Estado. A acumulação do capital político e compreendida nesse estudo como uma forma de capital de reputação.

93

Assim, especificamente ao campo científico, a relação existente entre os agentes é concorrencial e as práticas científicas devem ser entendidas como produtoras de uma determinada forma de interesse, somado a isso o grupo dominante define qual ciência é legítima e por meio de quais regras seus pares devem ser reconhecidos e avaliados. Nesse caso, existe o capital científico, se trata do reconhecimento dos pares, adquirido por meio do jogo institucional e político, facilmente transmissível e o capital temporal, exerce como poder institucional, no controle da produção e reprodução do conhecimento, mais vinculado a dominação burocrática (BOURDIEU, 2003).

Estabelecem-se como campo do poder, sua estruturação se dá por meio das relações de forças entre formas de capitais diferentes. Então, é um espaço de disputa de poder entre aqueles com mesma quantidade de poder, porém diferentes, mesmo assim são dominantes nos seus campos e estabelecem estratégias capazes de transformar ou conservar as relações de forças (BOURDIEU, 2014).

As sociedades possuem as estruturas objetivas, principalmente na distribuição de capital, e os mecanismos que garantem sua reprodução e as disposições à reprodução. Ao relacionar mecanismos e disposições, definem as estratégias de reprodução. E quanto às formas de reprodução também são

influenciadas pela natureza de capital (BOURDIEU, 1994). A legitimação se configura pelo reconhecimento entre os pares e a adoção das estratégias.

Ao que se refere às PCTI, em Dagnino (2007) se observa que os próprios cientistas desenvolvem dentro do seu campo as demandas, prioridades e propostas dessas políticas de forma fechada e entre seus próprios pares, além do monopólio nos processos decisórios. Resolvem seus problemas e desvendam suas próprias soluções, como autônomos e autossuficientes, de forma corporativa e auto preservativa. Em conclusões análogas, Dias (2012) analisa os processos decisórios das PCT à nível nacional desde sua institucionalização dessa política, meados de 1950, concluindo que a comunidade científica é um ator hegemônico, cujo espaço para demais atores como sociedade civil, Organizações Não Governamentais são limitados.

Andrade (2011) reforça que, nos termos do autor, essa elite é a única detentora desse tipo de conhecimento, podendo ser técnico ou administrativo, como consequência há monopólio e hierarquização das funções dentro dos desenvolvimentos de CT, cujo capital cultural e econômico auxiliam na manutenção do *status quo*. Para Andrade (2012), capital adquirido graças à formação acadêmica, vinculadas a áreas científicas, predominando nas esferas de poder nas PCTI.

94

Especificamente ao estudo de caso da presente pesquisa, existem pesquisas prévias referentes a esses processos, que nos auxiliaram a compreender a dinâmica política-científica-burocrática local. Em Andrade e Filho (2015) pesquisaram a comunidade científica de São Carlos e observaram que a capacitação de empresas e a continuidade dos projetos de colaboração científica são, majoritariamente, produzidas por meio de negociações não formalizadas em áreas de pesquisa ou em acertos institucionais, com isso os altos postos e colaboração dependem dos laços prévios.

Zaparolli (2021) analisa o comportamento de atores, que compõem essa elite científica, inseridos num contexto de empreendimento à nível local, o Parque Tecnológico de São Carlos, no sentido em como determinadas empresas fazem o recrutamento, conclui-se que existem regras informais, cujas consequências remetem à composição de laços pessoais, próximos das redes de colaboração científica e tecnológica. Por meio de entrevistas e demais dados secundários, Barbosa (2013) pontua existir a presença efetiva dessa elite na gestão pública municipal. E Zaparolli (2017) observa que esses agentes influenciam as relações de poder na cidade de São Carlos sob o aspecto

político, dominam os meios de produção e pensamento, nascem dentro da consagração da intelectualidade como *status quo* social.

Os estudos sobre burocracia se inserem nessa pesquisa, visto que ao analisarmos as formas de reprodução e legitimação de poder das elites científicas, estas realizam isso por meio da ocupação de cargos que estão implantados na estrutura burocrática, influenciando a dinâmica do poder local. Interessante ressaltar também que estamos nos referindo a agentes que compõem a comunidade científica, lembrando que se prevaleceu, podemos dizer até a Segunda Guerra Mundial, a perspectiva da neutralidade da ciência e daqueles que a desenvolvem.

Diante desses aspectos, abordamos a concepção do próprio Weber de um sistema político burocrático. A modernização do Estado acarretaria numa maior racionalização na relação entre governo e cidadãos, com isso os tipos de dominação com características patriarcais ou carismáticas perderiam espaço, assim a burocracia avançaria de forma técnica e impessoal, num modelo racional-legal, no qual os funcionários agiriam de acordo com as regras administrativas, sem preferências pessoais ou políticas (WEBER, 2004). Assim a burocracia; “tem um caráter ‘racional’: regras, meios, fins e objetivos dominam sua posição” (WEBER, 1982, p. 282). Esse modelo foi pensado e discutido, inclusive, como um modelo a ser seguido na construção do aparato político estatal (PACHECO, 2002).

95

De outro modo, à luz das ideias de Bourdieu (2014), este autor argumenta que a burocracia pensada como estrutura de dominação possui legitimidade a partir da competência técnica para administração racional, sendo que os diplomas dos denominados especialistas se acirram ao acobertar outras competências, que são compartilhadas pelas elites e solicitadas para se atingir posições sociais de poder e prestígio.

Em relação à neutralidade, Marcuse (1998), analisando a sociedade capitalista, a coloca em questionamento ao dizer que a denominada burocracia científico-especializada, cuja racionalidade é uma forma de organizar e controlar as pessoas, a burocracia de funcionários, o trabalho e o tempo livre, seria uma ilusão burocrática que serviria para cultivar a reprodução de dominação da sociedade e da própria natureza do sistema. Como Klüger (2015) precisamente pontua:

A incorporação em seus discursos cotidianos da polaridade presente no senso comum – que aparta a técnica e a política – expressa quão enraizada está a crença na racionalidade como princípio de ordenação e legitimação da dominação baseada no conhecimento dito técnico-

científico em uma sociedade, para voltar ao ponto de partida weberiano, desencantada (KLÜGER, 2015, p. 95).

Nesse sentido, fazer análise referente aos cargos comissionados², como é o caso dos secretários de pasta, e aos conselheiros, que por vezes são indicações, em alguns casos, são eleitos, é justamente trabalhar com as concepções de burocracia e buscar compreender como ocorrem as relações entre os agentes e entre estes e as instituições em que atuam.

4 São Carlos e o desenvolvimento científico e tecnológico

A título de conhecimento e contextualização, traçamos certas características de São Carlos. Município do interior paulista, se localiza na região central do estado, com pouco mais de 257 mil habitantes, considerada uma cidade de porte médio³.

Esse município tem suas origens nas antigas terras dos sertões de Araraquara. Formou-se devido a Carlos Botelho de Arruda Botelho, durante muito tempo comandante da força armada de Piracicaba, que a pedidos na Coroa Portuguesa, adquiriu a primeira sesmaria que viria a compor São Carlos, em 1785. Assim, no ano de 1831, a região era conhecida como Sesmaria do Pinhal⁴.

O nome São Carlos foi dado apenas em 1851. Foi palco de bastante circulação de bandeirantes, haviam trilhas nas florestas que levava até as minas de ouro do planalto central. Em 1865, se estrutura a política local em termos de composição da Câmara Municipal, sendo um dos vereadores inclusive o filho de Carlos Bartholomeu, Antônio Carlos de Arruda Botelho (LIMA, 2007).

No último quarto do século XIX, a cidade já contava com cerca de sete mil habitantes. Nessa época, as atividades econômicas eram voltadas para a atividade primária com predomínio das plantações de café. Logo, barões de café passaram a se instalar. Ao final desse século, as ferrovias começaram a ser construídas, tornando a região um canal da produção cafeeira para o porto de Santos/SP. E a formação de rodovia também agregava potencial econômico da cidade.

² Em relação ao Recurso Extraordinário 1.041.210 do Supremo Tribunal Federal, uma das teses fixadas a respeito de cargo comissionado é justamente não exercer exclusivamente atividades burocráticas, técnicas ou operacionais, mas sim de assessoramento, funções de chefia e direção. Essa informação se encontra em: <<https://www.conjur.com.br/2018-out-02/stf-fixa-tese-criterios-criacao-cargos-comissionados>>. Acesso em: 25 de março de 2022. Portanto, abre oportunidades para nos questionarmos a respeito dos aspectos burocráticos dentro do Estado.

³ Dados extraídos de: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-carlos.html>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

⁴ Dados do site da Prefeitura de São Carlos: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/historia-dacidade/115269-historia-de-sao-carlos.html>>- Acesso em: 31 jan. 2022.

Esses aspectos auxiliaram na intensificação de circulação de imigrantes. A grande maioria eram europeus e se instalaram devido a produção de café. Com a linha do trem, circulavam constantemente pessoas e mercadorias. Isso proporcionou ao município um incipiente progresso. Também houve uma preocupação da gestão política em se instalar dois institutos educacionais, Vittorio Emanuele e Dante Alighiei, isso no início de 1902 (SÃO CARLOS, 2017). Em 1911, inaugura-se a Escola Normal Secundária. Pouco tempo depois, contávamos com uma escola profissionalizante, a Escola Profissional ETE Paulino Botelho (BUFFA; NOSELLA, 2003).

Preocupações com infraestrutura da cidade foram colocadas em pauta. Neste mesmo período, São Carlos já contava com rede elétrica implantada. Estabeleceu-se a primeira usina do estado (BUFFA; NOSELLA, 2003). A atividade cafeeira, já modernizada por meio da mecanização, promoveu o fortalecimento da infraestrutura urbana e das atividades comerciais, que se concentravam bens de consumo. Outra característica que essa forma de desenvolvimento atrelada com a crescente imigração proporcionou mudanças na dinâmica de trabalho, diferentes do período escravocrata.

97

A partir de 1920, encontram-se instalação de indústrias de médio porte, como têxtil e alimentícia. Consequentemente, um mercado consumidor floresceu e estava propenso a expansão, tinha-se uma região com vasta quantidade de matérias-primas, oferta de trabalho e meio de transporte (LORENZO, 1979).

O quadro urbano realçava São Carlos como uma cidade com diversos investimentos industriais, educacionais e tecnológicos, isso já nos anos 1940, 1950. O visual urbano era complementado por boa estrutura de transporte, lazer, entretenimento e luz elétrica, além do esgoto e água distribuída à população. Na década seguinte, o município passara a ser considerado o que chamamos de polo tecnológico, isto é, se refere há um espaço geográfico ou microrregiões com características bem precisas, cuja tradição e cultura industrial, empresarial e competitiva, com boas e numerosas escolas fundamentais e médias, mais escolas profissionais técnicas e industriais, instituições de educação superior e de pesquisa e várias empresas que utilizam tecnologia (BUFFA; NOSELLA, 2003).

Em meados de 1950 e 1960, instala-se no município da Universidade de São Paulo, com a Escola de Engenharia e Universidade Federal de São Carlos, com o curso de Engenharia de Materiais,

hoje considerado um dos mais conceituados da América Latina. O Centro Universitário Central Paulista foi fundado em 1970. De forma compilada, consta-se também com Etec Paulíneo Botelho, Fatec São Carlos, Instituto Federal de São Carlos, Embrapa, Parques Tecnológicos, Centro de Incubadoras Nascentes, etc. A Associação Comercial de São Carlos anunciou que, em 2018, tinha 977 indústrias, 272 empresas de construção civil e 203 que engloba agropecuária, extensão vegetal, caça e pesca, além de 1055 no comércio⁵.

São Carlos ganhou tamanho destaque que o governador de São Paulo Mário Covas, em 1995, deu o selo de Capital da Tecnologia. Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff decreta como Capital Nacional da Tecnologia, pela lei nº 12504/2011. Em 2019, concentrava-se a maior quantidade de doutores per capita no país, com 1 doutor a cada 100 habitantes⁶.

Conforme observamos, o município de São Carlos apresenta protagonismos de investimentos nos campos científico, tecnológico e educacional. Encontramos investimentos públicos e privados para fortalecer a indústria, a qualificação dos profissionais, áreas relacionadas de algum modo a CT, mesmo com seu porte médio, apresenta desenvolvimento fabril, industrial, tecnológico. Encontram-se implantação de instituições profissionalizantes, ensino superior, formação empresarial e cultural, abrangências de incubadoras e órgãos públicos gerenciais da CT municipal.

Esse tópico visou trazer aspectos da formação histórica são-carlense voltados para o desenvolvimento científico, tecnológico, industrial, justamente para compreendermos a decisão de pesquisar essa cidade nos quesitos das relações entre as elites relacionadas a CT.

5 As instituições políticas das PCTI

Foi realizado o levantamento das instituições responsáveis pelas PCTI em nosso estudo de caso, devido ao fato de que são principalmente nessas composições institucionais e burocráticas que as políticas são formuladas, implementadas e ocorrem discussões sobre como aplicar os recursos financeiros. Aditivamente, as funções desses órgãos evidenciam o que esses agentes acreditam ser o papel da CTI para seus cidadãos. Vale ressaltar que São Carlos possui esse diferencial, nem todos os

⁵ Dados extraídos de: <<https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/sao-carlos-tem-hoje-4161-empresas-cadastradas-com-cnpj/103332/>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

⁶ Dados extraídos de: <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/05/22/sao-carlos-tem-1-doutor-para-cada-100-habitantes-e-registra-a-maior-media-nacional-diz-levantamento.ghml>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

municípios detêm órgãos específicos para esses projetos e demandas, muitas vezes a CTI está inserida como diretoria, subsecretaria ou de Desenvolvimento Econômico, ou de Planejamento, ou simplesmente não existe.

No mando de João Octávio Dagnone de Melo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SMCTI), sob a lei nº11261, de 06 de fevereiro de 1997⁷. Em sua composição organizacional, continha apenas o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico. Era atribuído a ele gerar políticas de desenvolvimento tecnológico e industrial, atividades para o desenvolvimento econômico e incentivar a produtividade industrial e de serviços. Observam-se delineamentos para o terceiro setor, negligenciando as atividades científicas e de pesquisa.

Após o mandato de Melo, assumiu a prefeitura o ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Newton Lima. Por meio de outra reforma administrativa com a lei municipal nº 13486/04⁸, a secretaria passa a se chamar Secretaria Municipal do Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. A pauta do meio ambiente é acrescida nas políticas públicas municipais. Os departamentos se tornam: Departamento de Apoio à Economia Solidária; Departamento de Desenvolvimento Econômico; Departamento de Fomento ao Turismo; e, Departamento de Político Ambiental.

Em 2015, a prefeitura sob o comando de Paulo Altomani, adicionou novo departamento à Secretaria, o departamento de Políticas Energéticas, pela lei nº 17438/15⁹. Nesse momento, passa a ter outras subdivisões:

- Departamento de Políticas Energéticas;
- Departamento de Desenvolvimento Econômico;
- Divisão de Relacionamento com o Setor Produtivo;

⁷ Lei na íntegra se encontra em: <https://camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/?ano=1997&ementa=&lei=11261&autor=&id_tipo=&ordem=N&ordem_tipo=D&exibir_busca=1&pagina=1>. Acesso em: 31 jan. 2022.

⁸ Lei na íntegra se encontra em: <https://camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/?ano=T&ementa=&lei=13486&autor=&id_tipo=&ordem=N&ordem_tipo=D&exibir_busca=1&pagina=1>. Acesso em: 31 jan. 2022.

⁹ Lei na íntegra se encontra em: <https://camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/?ano=T&ementa=&lei=17438&autor=&id_tipo=&ordem=N&ordem_tipo=D&exibir_busca=1&pagina=1>. Acesso em: 31 jan. 2022.

- Departamento de Fomento ao Turismo;
- Assessoria de Marketing,
- Divisão de Planejamento Turístico;
- Departamento de Políticas para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Divisão de Relacionamento com Instituições de Tecnologia e Inovação.

O prefeito eleito em 2018, Airton Garcia, faz nova alteração na Secretaria passa a se chamar Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação e a dispor da seguinte forma: Departamento de Políticas Energéticas; Departamento de Desenvolvimento Econômico; Departamento de Políticas para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação; Departamento de Gestão Ambientais; Seção de Informações Ambientais.

Outro mecanismo de elaborar e discutir as PCTI do município é o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (CMCT), vinculado com a SMDSCT. Foi criado em 2000, pela lei nº 12390¹⁰, trata-se de um órgão consultivo, ou seja, não pode deliberar decisões que devem ser executadas pelos órgãos políticos, no entanto pode sugerir e propor. Assim suas funções se remetem a estabelecer critérios para acesso do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia (FUNTEC), controlar a alocação dos recursos, avaliar e monitorar a execução da programação do FUNTEC, desenvolver PCT, elaborar orçamentos Planos Anuais e Plurianuais, assessorar órgãos da prefeitura, em especial a SMDSCT.

É claro na lei que os membros devem ter experiência profissional comprovada nas áreas relacionadas a CT. São ao todo quinze membros: três escolhidos pelo poder Executivo Municipal, sendo um o secretário da SMDCT (presidente do Conselho), seis indicados pela comunidade científica, dois da USP e dois da UFSCar, dois das faculdades particulares, um indicado pelo Parque Tecnológico, um pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), um do meio empresarial, um indicado pela classe trabalhadora, dois indicados pela Câmara Municipal.

¹⁰ Lei na íntegra se encontra em: <https://camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/?ano=T&ementa=&lei=12390&autor=&id_tipo=&ordem=N&ordem_tipo=D&exibir_busca=1&pagina=1>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Por meio da lei nº 14202¹¹, em 2007, o Conselho passa a se chamar Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (COMCITI). Os princípios e objetivos são os mesmos que de sua criação. Nessa lei fica prevista organizar comissões de estudo, grupos temáticos, seminários para discutir temas estratégicos e CT, encontros, plenárias e audiências públicas, manter canais com outros órgãos do poder público e sociedade civil.

Dos representantes temos: dois da SMDSCT; um da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão; um da Secretaria Municipal de Governo; um da Secretaria Municipal de Fazenda; um da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano; um representante da Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas; um do Serviço Autônomo de Água e Esgoto; um da Câmara Municipal; um de cada universidade: Centro Universitário Central Paulista, USP e UFSCar; um do Parque Tecnológico; um Centro de Desenvolvimento de Indústrias Nascentes; um EMBRAPA; um Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; um da Intersindical; um do Grupo: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), SESI-Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC) e SENAC-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

101

Os representantes são nomeados por ato do prefeito municipal, não se especifica eleições ou indicações. A lei, em suas disposições gerais se encontra a questão da participação da sociedade organizada no desenvolvimento científico e tecnológico do município. No entanto, não se encontrou documentos referentes a audiências, plenárias, etc. O que ocorre é que o município promove semanas referentes a CT, nas quais a comunidade científica faz divulgação científica, nesses momentos a população de modo geral pode interagir com esta comunidade.

Houve pequena alteração em 2015, com a lei nº. 17595¹², que dispõe sobre a composição do COMCITI, acrescentando um representante da Secretaria de Educação. Dessa forma, no que diz respeito ao Fundo Municipal, demais membros, objetivos e funções do Conselho permanecem o mesmo.

¹¹ Lei na íntegra se encontra em: https://camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/?ano=T&ementa=&lei=14202&autor=&id_tipo=&ordem=N&ordem_tipo=D&exibir_busca=1&pagina=1. Acesso em: 31 jan. 2022.

¹² Lei na íntegra se encontra em: https://camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/?ano=T&ementa=&lei=17595&autor=&id_tipo=&ordem=N&ordem_tipo=D&exibir_busca=1&pagina=1. Acesso em: 31 jan. 2022.

A lei nº. 18538/2018¹³ altera novamente a composição do CMCTI, mas não altera suas demais disposições: dois representantes da própria secretaria; um da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão; um da Secretaria Municipal do Governo; um da Secretaria Municipal da Fazenda; um da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano; um da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito; um do Serviço Autônomo de Água e Esgoto; um da Secretaria Municipal de Educação; um da Universidade de São Paulo; um da Universidade Federal de São Carlos; um do Centro Universitário Central Paulista; um da Fundação de Alta Tecnologia São Carlos; um do Centro de Desenvolvimento de Indústrias Nascentes; um da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; um do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; um da Intersindical; um do grupo Senai, Sebrae, Sesi, Sesc e Senac.

Essas são as principais informações encontradas a respeito dos órgãos municipais, com isso conseguimos identificar agentes (indivíduos e grupos), discorreremos sobre os indivíduos a seguir.

6 Os agentes relacionados às PCTI

102

Em relação a identificação dos agentes, por meio dos documentos aqui pontuados, sistematizamos os que ocuparam cargo de secretário municipal e os grupos que participam do Conselho. Dessa forma, realizamos a trajetória profissional desses indivíduos, com intuito de compreendermos, até o momento, quais seus campos de atuação.

O primeiro secretário da SMDCT, isso em meados de 1997, foi o Prof. Dr. José Galízia Tundisi. Formou-se em História Natural pela USP – São Paulo, 1962. Com mestrado em Oceanografia pela University of Southampton, em 1966. No doutorado, realizou-o na área de Botânica pela USP, em 1969. Ao longo de sua carreira ocupou cargos de liderança em institutos de pesquisa e agências de fomento. Nos dias atuais, é professor do curso de pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais - UFSCar. É representante do Brasil no Water Committee do Interamerican Network of Academies of Sciences¹⁴.

¹³ Lei na íntegra se encontra em: <https://camarasacarlos.sp.gov.br/lei/?ano=T&ementa=&lei=18538&autor=&id_tipo=&ordem=N&ordem_tipo=D&exibir_busca=1&pagina=1>. Acesso em: 31 jan. 2022.

¹⁴ Dados extraídos de: <<http://lattes.cnpq.br/5730659239785432>> Acesso em: 31 jan. 2022.

Assumiu, entre 2001 e 2003, o Prof. Dr. Francelino José Lamy de Miranda Grandó. É bacharel em Direito pela USP São Paulo. Fez doutorado na área de Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar em 1999. Assumiu outros cargos políticos também, como Secretário Nacional de Inovação, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC, e Secretário Nacional de Tecnologia e Inovação, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, MCTI. Atualmente é professor adjunto da UFSCar e militante ambientalista. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva da UFSCar¹⁵.

Em 2004, assumiu o Prof. Dr. José Benedito Sacomano. Sua formação foi realizada inteira pela USP, desde sua graduação até doutorado em Engenharia Mecânica. Atuando nos dias atuais como professor titular da Universidade Paulista (UNIP)¹⁶.

Logo após, temos a nomeação do Prof. Dr. Emerson Leal. É doutor em Física pela USP, graduado e mestre em Física pela Universidade Patrice Lumumba em Moscou/Rússia. Lecionou na UNB e UFSCar. Ocupou funções administrativas dentro da UFSCar, como presidente da Comissão de Extensão e de Serviços à Comunidade e, logo antes de se tornar secretário, foi Diretor da ADUFSCar. Depois de secretário, foi presidente do Fórum Nacional de Secretários Municipais de Ciência e Tecnologia e também vice-prefeito da cidade de São Carlos¹⁷.

Em seguida, o Prof. Dr. Yashiro Yamamoto assumiu a SMDSCT. Possui graduação em Física pela USP, em 1969. Mestrado e doutorado pelo mesmo instituto. Realizou pós-doutorado na Universidade de Tóquio e Universidade de Saitama, ainda na década de 1980¹⁸.

Em substituição ao Yamamoto, tomou posse Marcos Martinelli, em seu primeiro ano de mandato, 2009 a 2011, ainda não possuía vínculo em universidades. Mas em 2012, tornou-se mestre pela UFSCar e concluiu seu doutorado em 2019 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar. Foi Membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (2011-2020). Docente na Universidade Brasil (2017-2020). Docente no Instituto Matonense

¹⁵ Dados extraídos de: <<http://lattes.cnpq.br/9164789081696523>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

¹⁶ Dados extraídos de: <<http://lattes.cnpq.br/0001493242282065>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

¹⁷ Dados extraídos de: <<http://simeusouleal.blogspot.com.br/p/quem-e-emerson-leal.html>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

¹⁸ Dados extraídos de: <<http://lattes.cnpq.br/1234250401990567>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Municipal de Ensino Superior (2020). Vice-presidente da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (2017-2020). Vice-presidente do Fórum Nacional de Secretários Municipais e Dirigentes de Ciência e Tecnologia (2011-2017). Atualmente é Secretário Executivo na Sicoob Crediacisc¹⁹.

Tundisi volta a assumir a Secretaria por mais dois anos. Mas em 2014, é nomeado o Prof. Dr. Alfredo Colenci Jr. Graduou-se pela Mackenzie em Administração. Fez Engenharia de Produção Industrial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana "Padre Sabóia de Medeiros" de São Bernardo do Campo/SP (PUCSP/FEI). Na Escola de Engenharia de São Carlos – USP fez mestrado e doutorado em Engenharia Mecânica. Atualmente é professor titular do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza²⁰.

Em 2015, assume a pasta Luís Antônio Panone. É bacharel em Direito pela FADISC. Mestre em Engenharia Ambiental, Gestão de Recursos Hídricos pela USP e atualmente é Secretário de Planejamento e Gestão na Prefeitura Municipal de São Carlos SP.

Panone fica apenas um ano na função. Assim, a pessoa nomeada, em 2016, é Paulo Gullo. Fez ensino técnico em Contabilidade pela escola Diocesano La Salas, em São Carlos, e se formou em Administração de Empresas pela extinta Faculdade Asser. Em 2021, era presidente do Sindicato do Comércio Varejista de São Carlos²¹.

Com a posse de Airton Garcia para prefeito de São Carlos, em 2019, ele renomeia o Professor Tundisi para Secretário da SMDSCT e segue assim até o momento, em 2022.

7 As estratégias de reprodução e legitimação

Ao realizarmos esse compilado de informações, partimos para a análise. Antes, observa-se que estas são direcionadas majoritariamente sob ponto de vista institucional e as relações dos agentes com as instituições.

¹⁹ Dados extraídos de: <<http://lattes.cnpq.br/3780002007437995>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

²⁰ Dados extraídos de: <<http://lattes.cnpq.br/4096758554465893>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

²¹ Dados extraídos de: <<https://sincomerciosaocarlos.com.br/noticias/local/paulo-gullo-e-eleito-novamente-presidente-ccv-da-fecomercio-sp/>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Com a análise documental a respeito das leis referentes a SMDSCT, trata-se de uma forma de se extrair os delineamentos que se almeja para promoção das PCTI no município. Em 1997, existia apenas o departamento de desenvolvimento econômico vinculado a essa Secretaria e esse desenvolvimento era entendido como produção industrial. Por mais que se tivesse no nome ciência e tecnologia, o foco era o desenvolvimento industrial.

Claramente influenciado pelo momento histórico, em que nos anos 2000 se intensificaram os debates sobre sustentabilidade, passa-se a discutir diversas formas de desenvolvimento para além apenas do caráter de exploração e extração, coloca-se em pauta questões como preservação do meio ambiente, forma produtivas menos invasivas, etc. Criou-se Departamento de Política Ambiental e de Economia Solidária.

Apenas em 2015, implementa-se o Departamento para Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E em 2018, volta-se a criação de repartições específicas para política ambiental. Nota-se a percepção que se sustenta ao longo da história da Secretaria entre ciência, tecnologia e inovação atrelada a desenvolvimento econômico e sistema produtivo.

105

Pontuam-se esses aspectos dos direcionamentos políticos da Secretaria, visto que diante dos diversos significados que podem se atribuir ao tripé ciência, tecnologia e inovação, a ciência em si não encontra visibilidade se comparada às outras partes. Coincidentemente, ou não, maior parte dos secretários, como analisaremos adiante, possuem trajetórias justamente em áreas tradicionalmente voltadas para tecnologia e inovação, ou atuação no sistema produtivo/empresarial. Essas visões, digamos assim, também estão vinculadas a forma que há muito tempo se compreende a CTI que, por sua vez, se traduz nos planos governamentais/políticos.

Ao analisarmos os grupos atuantes no CMCTI, vai ficando mais evidente o tipo de atuação por partes dos agentes envolvidos e a concepção construída para desenvolvimento das PCTI. Desde sua criação em 2000 até os dias atuais, os grupos representados configuram aqueles do setor produtivo, as universidades presentes na cidade e uma quantidade a ser observada do próprio quadro público municipal.

Mesmo que o Conselho seja consultivo, observa-se a responsabilidade existente frente as PCTI locais, visto que deve estabelecer critérios para acesso, controlar, alocar recursos, avaliar e monitorar a execução da programação do FUNTEC, desenvolver as próprias políticas públicas da respectiva pasta,

elaborar orçamentos Planos Anuais e Plurianuais. Os grupos ali representados possuem domínio dos recursos destinados a essa pasta.

Diante desses elementos, reflete-se sobre o caráter corporativista desse órgão. Isso porque os Conselhos Municipais foram criados para servir como elemento crucial da democracia participativa, um canal entre as instituições políticas públicas e o cidadão. Sinaliza-se, nesse caso, que a representação ocorre entre um círculo fechado e deveria cumprir o papel de intermediador do cidadão comum. Assim, como não há participação oficial da população, associação de bairro, algum movimento social, nos mostra a visão do poder público quanto a quem possa interessar as questões e desdobramentos da PCT. Além de evidenciar o caráter tecnicista desse tipo de Conselho e Secretaria.

Afinal, se por um lado se pode alegar que devemos empossar nessa Secretaria pessoas com competências específicas para atuar nas PCTI, mas fica a ressalva que secretário é cargo comissionado, então não necessariamente encontraremos pessoas com formação na área específica a pasta que ocupa, por outro, o Conselho é um canal de comunicação com a comunidade e o poder político, logo a não existência de representantes ali ressalta os mecanismos para manterem o predomínio da gestão dessa pasta²².

106

Com a análise institucional realizada, o foco se volta para os indivíduos atuantes na Secretaria. Dos nove secretários nomeados, cinco tinham vínculo com universidades ou instituto de pesquisa. Oito tiveram em sua formação inicial ou, posteriormente, como vínculo empregatício as universidades públicas USP e UFSCar. Já a USP está presente na trajetória profissional de sete deles. E cinco tem formação final nas ciências exatas, como física e engenharia.

Existe, de todo modo, campos em disputa. Foram nove secretários em apenas 18 anos de existência da Secretaria. Inclusive se nos atentarmos ao mandato de Paulo Altomani, no qual a cada ano era um secretário. Somado as mudanças estruturais e funcionais do próprio órgão. Sem contar a influência na política local, por consequência, o capital que deve conter o Prof. Tundisi, foi fundador e posteriormente retorna a pasta duas vezes, no mandato de Airton Garcia está atuando por mais tempo. Ou seja, os delineamentos dos processos decisórios nem sempre são convergentes entre os agentes envolvidos.

²² Aqui os autores tomam a liberdade de realizar uma postura crítica e reflexiva.

Dessa forma, as relações entre esses agentes se configuram de forma a reproduzir seu poderio na elaboração das PCTI locais e são legitimadas através do discurso tecnicista (quase) intrínseco a essas políticas. Com os dados obtidos, realizadas as análises, pode-se considerar que a dinâmica política local para a área de CTI acontece de forma corporativista e/ou entre grupos auto preservacionistas. E no caso, também pode se referir a construção de uma elite política, visto o intercâmbio desses agentes entre os campos políticos e científicos e a respectiva influência.

Ao retomarmos Martin (2008), identificamos justamente modelos de comportamentos desses agentes, com as estratégias pontuadas, e de modo a constituírem grupos de influência da política local.

E de Bourdieu (2003), as normas do campo científico podem ser observadas ao identificarmos a formação profissional dos agentes que alcançaram o cargo de secretário, ainda temos essa cultura das ciências exatas como ciência legítima, no sentido de uma perspectiva de ser a ciência desinteressada, o que esse autor e esse estudo já demonstraram que isso efetivamente não existe. Em conjunto com o capital científico, pelo reconhecimento de seus pares desenvolvidos por meio do jogo institucional e político.

107

Esses agentes realizam intercâmbio com o campo político, então não tratamos de certas características desse campo, como também se trata de representantes não eleitos em sufrágio, assumem os cargos por indicação do poder executivo e os membros do conselho também partiram de projeto de lei do executivo. Mas não podemos perder de vista que, como ressalta Bourdieu (2011), basicamente, dominar o campo político é ter controle sobre o Estado. Assim, lembrando que especificamente no Brasil, os financiamentos para ciência, tecnologia e inovação são (ainda) majoritariamente estatais, torna-se uma estratégia interessante circular nesse campo para própria reprodução e perpetuação, vide o controle que o Conselho possui sobre o Fundo Municipal de CTI e a estrutura que, hoje, a Secretaria possui para desenvolver as PCTI.

Evidencia-se também, que usufruir do aparato institucional e burocrático são caminhos para se alcançar a legitimação e reprodução dessa elite, podendo ser pautado num senso-comum de neutralidade tanto no aspecto da burocracia, quanto da ciência, no entanto se observa relações com interesses voltados à dominação e ao controle desses espaços, resgatando aspectos das reflexões de Bourdieu (2014) e Marcuse (1998) proferidas nessa pesquisa.

8 Conclusão

Esse trabalho se propôs a compreender a relação de interesses das denominadas elites científicas no que tange ao pragmatismo dos atores políticos, com foco no maior poder de persuasão destes últimos. Pelos dados obtidos e análises teóricas trazidas ao presente estudo, as elites científicas são instrumentalizadas para compor a estrutura de poder dominante na sociedade local, aqui sistematizado como influência determinante na formulação de políticas públicas. Compreender esse processo de atuação das elites, a influência que exercem nas instituições nas quais atuam, justamente como forma de se extrair suas estratégias de reprodução e legitimação é o parâmetro que balizamos no presente estudo.

Reconhece-se que esse estudo possui um recorte mais delimitado por apresentar sua estruturação de forma burocrática, face o arcabouço de leis e regramentos que o determinam, de todo modo permite pesquisas por métodos comparativos a outras formulações de políticas locais de CTI e sua executoriedade. A criticidade passa primordialmente pelo diapasão de exclusão, no sentido de ao se fechar em grupos, aqui ditos elites, promover assim o distanciamento do cidadão não pertencente à comunidade científica. Revela, portanto, essa conjugação de forças, algo que destoia das proposições de uma democracia participativa de fato.

Notadamente, o processo elitista de alcance e domínio do conhecimento e da informação vigora como contraponto do acesso à ciência em prejuízo das camadas populares, criando um distanciamento impeditivo da sociedade aos resultados que para si deveriam ser formulados.

Quando o estudo presente observa empiricamente que na análise histórico-cultural da ascensão política ao conhecimento científico e como deste se apropriam as elites, a sociedade não participa de fato do centro das decisões, do saber científico. E como requiém, constata-se que esse produto intelectual, tecnológico, informacional, científico, fica subjugado nas mãos dos detentores de mandatos políticos.

9 Referências

ANDRADE, T. H. N. de. As Elites Tecnológicas. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, 2011.

ANDRADE, T. H. N. de; FILHO, Maurílio de J. S. Elites locais de Ciência e Tecnologia no Brasil: O caso do ParqTec de São Carlos (SP). **Lua Nova**, São Paulo, n. 94: pp. 295-327, 2015.

ANDRADE, T. H. N. de. Políticas locais de Ciência e Tecnologia no Brasil. In: **Encontro Nacional da ABCP**, 8, 01-04 de agosto, Gramado/RS, 2012.

BARBOSA, C. da S. **Políticas Locais de Ciência e Tecnologia no Brasil** – O caso de São Carlos. (Monografia em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

BOURDIEU, P. O campo político. Dossiê "Dominação e Contra-poder". **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** (5), jul. 2011.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência** – Por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2003.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 105, n.º 1, 1994.

BUFFA, E; NOSELLA, P. **O parque de alta tecnologia de São Carlos**. São Carlos: EDUFSCar, 2003.

109

DAGNINO, R. **Ciência e tecnologia no Brasil**: o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas: Unicamp, 2007.

DIAS, R. de B. **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

KLÜGER, E. A contraposição das noções de técnica e política nos discursos de uma elite burocrática. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 55, p. 75-96, set. 2015.

LIMA, R. P. **O processo e o (des)controle da expansão urbana de São Carlos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

LORENZO, H. C. de. **Origem e crescimento da indústria na região de “São Carlos – Araraquara” (1900-1970)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.

MARCUSE, H. **Cultura e Sociedade** Vol. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

PACHECO, R. S. Mudanças no Perfil dos Dirigentes Públicos no Brasil e Desenvolvimento de Competências de Direção. In. **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa Portugal, 8-11 Oct, 2002.

———— Zaparolli & Conceição. *Estratégias de legitimação e reprodução das elites científicas e a burocracia estatal do município de São Carlos/SP*

SAINT MATIN, M. de. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **TOMO**, São Cristóvão-SE, nº 13, jul./dez. 2008.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal. **História de São Carlos**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/historia-da-cidade/115269-historia-de-saocarlos.html>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 4a Ed., 2015.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 2004.

ZAPAROLLI, N. G. Elites Tecnológicas Locais: o processo de influência na articulação das Políticas de Ciência e Tecnologia e Poder Público Locais. **SINAIS (UFES)**, v.21, p.295 - 322, 2017.

ZAPAROLLI, N. G. Instituição Informal na Dinâmica Relacional entre Elites Científicas e Parque Tecnológico. **Revista Sociologia, Política e Cidadania**, v.4, p.6 - 26, 2021.

Strategies of legitimation and reproduction of the scientific elites of the municipality of São Carlos/ SP

ABSTRACT: This research aims to identify the legitimation and reproduction strategies, under the perspective of local dynamics, of the scientific elites in the municipality of São Carlos/SP, focusing on those that transit between the political field, within the state bureaucratic structure, and the scientific field. This is a research with qualitative method, by means of a case study. Empirical documentary data was collected. The agents involved in the elaboration of the Science, Technology and Innovation Policy (STIP) in the municipality were identified and their professional trajectories were established. With the analysis of the organs responsible for the STIP and the trajectories of the agents, applying Bourdieu's concept of field and capital, it can be seen that the political sphere is dominated by the actions of the scientific elites. According to the data collected, this predominance is due to a corporatist strategy, as they dominate the political field and legitimize the position they occupy in the relations with other scientific groups.

KEYWORDS: Scientific Elites; Bureaucracy; Field; Strategy; Legitimation.

Estrategias de legitimación y reproducción de élites científicas del municipio de São Carlos/ SP

RESUMEN: Esta investigación tiene como objetivo identificar las estrategias de legitimación y reproducción, bajo la perspectiva de la dinámica local, de las élites científicas en el municipio de São Carlos/SP, centrándose en aquellas que se mueven entre el campo político, dentro de la estructura burocrática estatal, y el campo científico. Se trata de una investigación con método cualitativo, a través de un estudio de caso. Se recopilieron datos documentales empíricos. Se identificaron los agentes implicados en la elaboración de la Política de Ciencia, Tecnología e Innovación (PCTI) en el municipio y se establecieron sus trayectorias profesionales. Con el análisis de los órganos responsables de la PCTI y de las trayectorias de los agentes, aplicando el concepto de campo y capital de Bourdieu, se observó que la esfera política está dominada por la actuación de las élites científicas. Y se indica que este predominio se produce, según los datos recogidos, por estrategia corporativista, pasan a dominar el campo político y legitiman la posición que ocupan en las relaciones con otros grupos científicos

PALABRAS CLAVE: Élites científicas; Burocracia; Campo; Estrategia; Legitimación.